

Data-base 2005

As negociações já começaram. Mobilização da categoria é decisiva

Vamos à luta por reposição salarial, em defesa da universidade pública e dos direitos de docentes, funcionários e estudantes

O Cruesp já está com a nossa pauta unificada desde o dia 4/4. O documento, contendo as reivindicações aprovadas pela categoria, foi entregue ao reitor da Unicamp, que era o presidente do Cruesp naquele momento. Por conta do rodízio entre as três instituições, a presidência, agora, está com o reitor da Unesp, Marcos Macari.

A pauta inclui, além das reivindicações salariais de docentes e funcionários (13% para recuperar o salário real de maio/2001 e reajuste trimestral), itens importantes para a comunidade acadêmica, como é o

caso de uma política permanente de contratação de docentes em RDIDP e de funcionários, sempre por concurso público; dotação orçamentária específica para manutenção e ampliação da assistência estudantil; isonomia no auxílio-alimentação nas três universidades (no valor de 52% do salário mínimo); fim das terceirizações e contratações precárias. A íntegra da pauta - que também repudia os ataques à universidade pública (via Reforma Universitária) e pede aumento de vagas e mais recursos na Assembleia Legislativa (11,6% do ICMS) - pode ser conferida na página 2.

Atenção para os resultados da primeira negociação no dia 12/5

Esta edição do **Adunesp Informa** foi fechada antes da realização da primeira negociação entre Fórum das Seis e Cruesp, no dia 12/5, pois o objetivo da publicação é o de mobilizar os docentes para as assembleias marcadas para o período de 13 a 17/5. O resultado da negociação será divulgado por meio de boletins do Fórum e da Adunesp, cabendo sua avaliação às assembleias. Não deixe de participar.

Hora de mobilizar

De 13 a 17/5, todos às assembleias

O calendário do Fórum das Seis prevê a realização de uma rodada de assembleias em todas as unidades da Unesp, USP e Unicamp, no período de 13 a 17 de maio. O objetivo é discutir o resultado da primeira negociação (12/5) e os encaminhamentos da campanha salarial. Também vamos debater e aprovar uma pauta de reivindicações específicas dos docentes da Unesp.

Na página 2, veja a proposta elaborada pela Diretoria da Adunesp e traga as suas sugestões.

Não falte à assembleia de sua unidade. Fique atento à convocação. É hora de mobilização!

Adunesp convoca eleições para 27 a 29 de junho. V Congresso da entidade acontece em julho

Página 3

24º Congresso do Andes aprovou desfiliação da CUT e luta contra a Reforma Universitária

Página 4

Na página 2, veja como foi a primeira reunião entre as equipes técnicas do Fórum e do Cruesp

Primeira reunião com a Comissão Técnica do Cruesp comprovou: números do Fórum estão corretos

A primeira reunião entre as equipes técnicas do Fórum das Seis e do Cruesp aconteceu no dia 6/5. O Fórum apresentou sua projeção para a arrecadação do ICMS, lembrando que a previsão utilizada pelas reitorias em seu orçamento (R\$ 35,6 bilhões, a mesma do governo estadual) já está superada. O Fó-



A data-base 2004: pressão da comunidade acadêmica obrigou os reitores a negociar

rum mostrou que trabalha como uma previsão de arrecadação de R\$ 37,5 a 38 bilhões.

A arrecadação do ICMS já consolidada até abril/2005 supera, inclusive, a previsão do próprio Fórum em 3%. No entanto, como esta tendência não deve ser mantida nos próximos meses, a estimativa do Fórum (crescimento de cerca de 13% em relação ao ano passado) deve se consolidar.

Os integrantes do Fórum também explicaram o índice que está sendo reivindicado na campanha salarial deste ano. A inflação medida pelo ICV-Dieese dos últimos 12 meses é de 8,49%. Somada às perdas inflacionárias desde 2001 (diferença entre os percentuais de reajuste conquistados e a inflação nos últimos anos), chegamos ao reajuste reivindicado (estimado em 13%). O Fórum também destacou que o índice FIPE (7,94%) não ficou muito longe do ICV-Dieese.

Os técnicos do Cruesp reconheceram que sua previsão inicial para a arrecadação do ICMS será superada e que a fórmula do Fórum está correta. Porém, eles projetam um cenário futuro mais conser-

vador, alegando preocupação com o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2006 encaminhado pelo governo Alckmin à Assembleia Legislativa (Alesp). Em seu artigo 29, o projeto prevê a retenção na fonte do valor do IPESP devido pelas universidades, o que traria problemas para 2006, particularmente na Unesp e na Unicamp.

O Fórum demonstrou sua preocupação com estas questões e informou que continuará sua luta junto à Alesp por mais verbas para as universidades e revogação do artigo 29, além da reivindicação de mudança na vinculação da verba. O Fórum pede que o repasse às universidades deixe de se basear no ICMS e passe a considerar a receita tributária estadual, o que aumentaria os valores.

O Fórum também demonstrou a importância de apresentar emendas na LDO que garantam verbas definitivas para a manutenção da expansão de vagas já realizada, cobrando uma participação ativa dos reitores. Os técnicos do Cruesp comprometeram-se a apresentar estas questões aos reitores, sugerindo uma reunião específica para discuti-las.

Por fim, o Fórum ressaltou a necessidade de informações técnicas, no momento das negociações com o Cruesp, sobre as medidas que vêm sendo tomadas nas universidades quanto à assistência estudantil e ao auxílio alimentação. A reivindicação é que estes dois tópicos tenham tratamento isonômico na Unesp, USP e Unicamp.

A proposta de Pauta Específica para a data-base 2004

Visando a melhores condições de trabalho na Unesp para desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão, reivindicamos, em especial, a seguinte pauta:

- 1) Criação de Seguro de Vida e de Acidentes Pessoais para os docentes em caso de acidentes de trabalho.
- 2) Política de capacitação docente da Unesp, que atenda às reais demandas dos departamentos, considerando as suas especificidades e a necessidade de qualificação do seu quadro docente.
- A Reitoria deve garantir aos departamentos as condições necessárias para o afastamento integral dos docentes, através de um programa institucional específico para esse fim.
- 3) Manutenção total dos CCIs (Centros de Convivência Infantil) em todos os campi da Unesp, pela Reitoria, atendendo aos três segmentos (docentes, funcionários e alunos).
- 4) Afastamento sindical para docentes que participam da diretoria do Andes - SN.
- 5) Reavaliação da estrutura e financiamento das Unidades Diferenciadas.
- 6) Contra a terceirização dos auxiliares de serviços gerais na Unesp.
- 7) Contra a privatização na Unesp via as Fundações e cursos pagos.
- 8) Avaliação institucional e não individual.
- 9) Transformação das 189 contratações RTC em RDIDP, conforme solicitação do Departamento.

Confira a Pauta Unificada de Reivindicações 2005

1. REAJUSTE E REPOSIÇÃO DE PERDAS SALARIAIS

1. Reajuste que recupere o salário real de maio de 2001 pelo ICV-Dieese (estimado em 13%);
2. Reajuste trimestral dos salários correspondente ao mínimo entre as variações acumuladas do ICMS e do ICV-Dieese;
3. Reposição das perdas salariais de 67,62% dos trabalhadores do Centro Paula Souza, referente ao período de 1996-2004;

2. DEFESA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

1. Política Permanente de Contratação de professores em RDIDP e de funcionários, por concurso público, para reposição e ampliação do quadro das Universidades;
2. Defesa do ensino de graduação de qualidade com a diminuição do número de alunos em sala de aula, tendo por meta o parâmetro de 30 estudantes em aulas expositivas;

3. Garantir o acesso à informação ao corpo da universidade, através da ampliação de bibliotecas e de seu acervo, da utilização de xerox e por via eletrônica, viabilizando condições mínimas para o desenvolvimento adequado do trabalho acadêmico. O controle da utilização do xerox e da reprodução por via eletrônica deve ser feito pela Universidade e não por órgãos de segurança externos a ela;
4. Fim das terceirizações e das contratações precárias de docentes e funcionários;
5. Dotação orçamentária específica para manutenção da assistência estudantil e apresentação de um plano estratégico para sua ampliação nas três Universidades e no Centro Paula Souza, de forma a atender toda a demanda para todos os programas e ações: moradia, restaurante, bolsas de estudo e transporte, dentre outros;
6. Isonomia no auxílio alimentação para os funcionários da USP, Unesp e Unicamp, no valor de 52% do salário mínimo.

3. DEFESA DOS DIREITOS DOS PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES

1. Compromisso dos Reitores em continuar a negociação de todos os itens de pauta que sejam remetidos à esfera específica de cada universidade;
2. Suspensão imediata das punições e de processos disciplinares e legais de origem política contra estudantes, funcionários, professores e organizações sindicais e estudantis;
3. Manutenção da isonomia salarial e paridade entre aposentados e o pessoal da ativa.

4. DEFESA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PAULISTAS E DO CEETEPS

1. Defesa da Universidade Pública, Gratuita, Democrática, Laica e de Qualidade sustentada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
2. Atuação contra as iniciativas do Governo Federal (PROUNI, Lei de Inovação Tecnológica, Decreto sobre Fundações – nº 5205-, Sinaes, anteprojeto de Lei do Ensino Superior), por ele intitulada "Reforma Universitária", que ferem a autonomia universitária, aprofundam o sucateamento das IES públicas, destinam recursos públicos para as instituições privadas de ensino e introduzem uma perspectiva utilitarista, mercantil e privatista para as instituições de ensino superior e institutos de pesquisa públicos;
3. Atuação em defesa de mais recursos para a educação pública brasileira, especialmente para que o governo Lula suspenda o veto do governo Fernando Henrique à meta do Plano Nacional de Educação de investimento de 7% do PIB brasileiro em educação;
4. Democratização do CEETEPS. Manutenção e aprofundamento do vínculo do Centro Paula Souza à Unesp;
5. Lutar na LDO-2005 por ampliação dos recursos do ICMS: 11,6% para as Universidades Estaduais Paulistas e 2,1% para o CEETEPS;
6. Lutar para a aprovação de lei estadual garantindo, no mínimo, 9,57% da receita tributária do Estado, incluindo repasses federais, para as universidades públicas estaduais;
7. Considerando que o Governo do Estado entesourou toda a contribuição previdenciária de docentes e funcionários, discutir meios, inclusive através da complementação do orçamento das Universidades Estaduais Paulistas pelo Governo do Estado para o pagamento dos aposentados, que viabilizem a aplicação integral da dotação fiscal da USP, Unesp, Unicamp e CEETEPS, em educação ativa;
8. Luta contra a sonegação e a renúncia fiscal no Estado, bem como contra o decreto estadual 48.034 que isenta de ICMS as compras dos órgãos Estaduais públicos, reduzindo recursos para a educação e outros serviços públicos e para os municípios;
9. Expansão de vagas em cursos regulares, com financiamento adicional incorporado ao orçamento das universidades, garantindo o ensino público de qualidade e assistência estudantil;
10. Contra qualquer cobrança de cursos e/ou serviços nas instituições de ensino superior e institutos de pesquisa públicos, pelo fim de qualquer convênio que transfira as responsabilidades acadêmicas das Universidades, ensino, pesquisa e extensão, a fundações privadas; ações estas que constituem formas de privatização interna e conduzem em curto prazo a mercantilização total das Universidades Públicas;
11. Preservar a vinculação dos Hospitais Universitários com a universidade, aprimorando seu caráter público, revertendo toda forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, exigindo financiamento público adequado para o seu funcionamento, mantendo-os como importante instrumento da qualidade de ensino, pesquisa e extensão;
12. Discussão pública sobre o projeto de encampação das faculdades isoladas e institutos de pesquisa do Estado de São Paulo, proposto pelo governo do Estado;
13. Não participação das Universidades Estaduais Paulistas no ENADE;
14. Defender o Plano Estadual de Educação – Proposta da Sociedade, trazendo este debate para o cotidiano das Universidades Estaduais Paulistas;
15. Compromisso dos Reitores em abrir ampla discussão, com toda a comunidade universitária, sobre democratização da estrutura de poder e processos estatuintes no âmbito local.

Fortalecer a entidade

Eleições para a Adunesp acontecem de 27 a 29/6

Nosso Sindicato está em processo eleitoral. Nos dias 27 a 29 de junho, serão escolhidos os companheiros que dirigirão a entidade no biênio 2005/2007. A data foi definida em plenária realizada no dia 15/3/2005, quando também foi constituída a Comissão Eleitoral Central (CEC). As chapas deverão ser registradas até o dia 24/5. A posse da diretoria eleita acontecerá no V Congresso (*veja ao lado*).

A Comissão Eleitoral Central ficou assim composta: Marcelo B. Hott (representando a Diretoria da Adunesp), Odeibler S. Guidugli (Rio Claro) e Gilberto M. B. Gonçalves (Bauru), ambos representando os associados. Como suplentes: Rubens P. dos Santos (Diretoria), Sérgio A. Zanoto (Assis) e Sandra H. E. Carvalho (Marília).

Em cada Subseção Sindical deverá ser constituída uma Comissão Eleitoral Local (CEL), composta por um membro da Diretoria e dois membros indicados entre os associados.

No decorrer da próxima gestão, a Adunesp completará 30 anos. Fundada em 1976, pouco depois da instituição da Unesp pelo governo estadual, a entidade começou pequena na infra-estrutura - embora grande na disposição dos seus aguerridos pioneiros. Com o passar dos anos e as muitas lutas que se apresentaram, o Sindicato consolidou-se física e politicamente, sendo hoje referência para o movimento docente nacional.

Quem pode votar

De acordo com o Regimento Eleitoral, podem votar os associados, ativos e aposentados, que tenham se filiado até 25/3/2005 à Adunesp ou à Subseção. Além disso, a Subseção deve estar atualizada com o repasse para a Adunesp da contribuição sindical de 0,5%, de acordo com o II Congresso da entidade (Jaboticabal, junho/94).

Quem pode ser votado

Valem as mesmas regras exigidas para se votar. A exceção fica por conta dos docentes em exercício de cargo executivo na Unesp (reitor, vice-reitor, diretor, vice-diretor, chefe e vice-chefe de Departamento), docente com afastamento integral ou em disponibilidade, conforme o artigo 23º do Regimento Geral da Adunesp.

As chapas

As chapas devem ser registradas junto à Comissão Eleitoral Central até o dia 25/5/2005 (17h), na secretaria da Adunesp. A formação é a seguinte: Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Vice-Secretário, Tesoureiro Geral e Vice-Tesoureiro.

O calendário

24/5 (até as 17h) - Registro de chapas na secretaria da Adunesp.

Até 30/5 - Encaminhamento de documentos dos candidatos à CEC.

Até 14/6 - Prazo para recompor a chapa em caso de impugnação.

Até 14/6 - Entrega da listagem completa dos associados.

Até 16/6 - Homologação das chapas.

Até 17/6 - Prazo para envio da composição das CEL para a CEC.

27 a 29/6 - Eleições

30/6 - Apuração dos votos

30/6 (até as 13h) - Envio da apuração dos votos à CEC (por fax)

1/7 - Divulgação dos resultados

6/7 (até as 12h) - Prazo para recursos

Até 08/7 - Os materiais da eleição deverão ser encaminhados à Adunesp.

18/7 - Proclamação da chapa vencedora.

31/7 - Posse da nova diretoria.

Para mais detalhes...

... sobre o Regimento Eleitoral e outros documentos relativos às eleições, consulte a página da Adunesp (www.adunesp.org.br).

Vem aí o V Congresso da Adunesp

Reafirmar o Sindicato na luta contra as reformas neoliberais: Defesa da organização dos trabalhadores e da universidade pública

A plenária da Adunesp realizada no dia 30/3 aprovou os primeiros encaminhamentos para a realização do V Congresso da Adunesp, previsto para 28 a 31/7/2005, em Assis. Com o tema "Reafirmar o Sindicato na luta contra as reformas neoliberais: Defesa da organização dos trabalhadores e da universidade pública", o Congresso acontecerá numa etapa movimentada da conjuntura política, interna e externamente à Universidade. Será um importante momento de avaliação da entidade desde o último Congresso (Bauru, 5 a 7/9/2003) e de definição de um plano de lutas para o próximo período. Instância máxima de discussão e deliberação da Adunesp permitirá que os docentes debatam desde a conjuntura política mais ampla, até as questões específicas.

Os delegados

De acordo com o Regimento Geral da Adunesp, o Congresso será constituído pela Diretoria Executiva da entidade, um representante das Subseções Sindicais e pelos delegados. A proporção para a escolha dos delegados é de um para cada 50 sócios ou fração. Fica assegurado um mínimo de dois delegados por Subseção. A referência é o quorum da assembléia realizada na Subseção, na qual poderão votar e serem votados os sócios do Sindicato em dia com suas mensalidades. Além dos delegados, poderão participar, com direito a voz, os sócios inscritos como observadores e os convidados dos organizadores.

Atenção para o calendário

22/junho - Prazo final para a entrega das teses à Diretoria.

23 a 28/junho - Sistematização das teses.

1/julho - Distribuição do Caderno de Textos às Subseções Sindicais.

6 a 10/julho - Assembléia para discussão das teses e escolha dos delegados nas Subseções Sindicais.

13/julho - Entrega da relação dos delegados à Diretoria da Adunesp.

28 a 31/julho - Realização do Congresso.

O temário

- 1 - Análise de conjuntura
- 2 - Questões organizativas e financeiras
- 3 - Plano de lutas

24º Congresso do Andes aprovou desfiliação da CUT e definiu plano de lutas contra a Reforma Universitária

De 24/2 a 1º/3, a capital paranaense sediou o 24º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes no Ensino Superior (Andes). Participaram 356 delegados, oriundos de 77 seções sindicais, e 46 observadores.

O Congresso atualizou o plano de lutas do Andes para os três setores que o compõem (federal, estadual, particular), com ênfase na discussão política sobre os rumos do Sindicato, particularmente no que diz respeito às reformas sindical e universitária, bem como às campanhas salariais. Com base nas propostas do Andes para a universidade brasileira e no Plano Nacional de Educação – PNE da Sociedade Brasileira, o 24º Congresso analisou e definiu uma “Agenda para a educação superior: Uma proposta do Andes-SN para o Brasil de hoje” (veja ao lado), para balizar as ações do Sindicato em prol da educação pública e da universidade brasileira. As definições da agenda se opõem diretamente ao ProUni, à Lei de Inovação Tecnológica e ao Sinaes, medidas já postas em prática e que anteciparam o início da Reforma Universitária.

O 24º Congresso também repudiou a Reforma Sindical em andamento, considerada uma tentativa de estrangular os sindicatos e a representação de base, reforçando o poder das cúpulas burocráticas das centrais sindicais. A Reforma Sindical também visa a aniquilar a resistência dos trabalhadores diante da Reforma Trabalhista (retirada de direitos básicos, como 13º salário, férias etc).

Em relação às campanhas salariais em andamento (como é o caso das federais e das estaduais paulistas), o Congresso considera que a luta em defesa dos direitos da categoria é par-

te constitutiva da luta em defesa da educação pública e gratuita.

A Adunesp participou do 24º Congresso com 10 delegados. Para Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, do campus de Marília, este foi um “congresso singular, pois tomou a histórica decisão de desfiliar o Andes da CUT, uma vez que a Central não representa mais os interesses dos trabalhadores, traindo suas bandeiras de luta”. Sueli destaca, ainda, que o Andes reafirmou sua plataforma de lutas, principalmente contra as reformas do governo Lula, apresentando a *Agenda para a educação superior*, um contraponto à Reforma Universitária. A delegação da Adunesp foi completa: além de Sueli, compareceram Milton Vieira do Prado Junior (pela Diretoria), Vandei Pinto da Silva (Marília), Sandra Helena Escouto de Carvalho (Marília), Antônio Luis de Andrade (P. Prudente), João da Costa Chaves Junior (Assis), Carlos Fonseca Brandão (Assis), Emanuel R. Woiski (Ilha Solteira), Carlos Alberto Anaruma (Rio Claro) e Maria Valéria Barbosa (Marília).

“Carta de Curitiba” e “Agenda para a Educação Superior” apontam para luta contra a Reforma Universitária

Ao final do 24º Congresso do Andes, foi aprovada a *Carta de Curitiba*, contendo uma síntese das análises políticas gerais e deliberações aprovadas.

Em relação à Reforma Universitária em preparação pelo governo, o documento enfatiza que a universidade está sendo tratada como um bem público não-estatal. “Os docentes do ensino superior não abrem mão do seu projeto de educação para o país”, diz a Carta, referindo-se à “*Agenda para a educação superior: Uma proposta do Andes-SN para o Brasil de hoje*”. A íntegra de ambos os documentos pode ser acessada no *site* do Andes (www.andes.org.br) ou da Adunesp (www.adunesp.org.br).

A posição aprovada pelo Andes, o nosso Sindicato Nacional, reafirma a postura política da Adunesp - de combate à Reforma Universitária e em defesa do ensino superior público - que vem norteando a ação dos membros do “Chapão” nos órgãos colegiados da Universidade.



O plenário do Congresso: Adunesp presente

pelo apoio às reformas neoliberais do governo e pela tentativa de isolar os servidores públicos e de boicotar suas lutas – havia um setor que considerava ser possível construir uma corrente de oposição interna na Central, resgatando sua trajetória. Outro setor defendia que a política adotada pela direção da CUT era irreversível e que o melhor caminho a seguir era o de desfiliar-se e apostar na construção de novos fóruns de luta.

A votação em plenária registrou o seguinte: 192 votos a favor, 85 contrários e 12 abstenções. Os delegados também deliberaram que o Andes deve continuar, ao longo de 2005, empenhando-se na construção de um pólo de resistência sindical às reformas do governo Lula, na defesa do movimento sindical, autônomo, classista e combativo e que caminhe no sentido da unidade entre trabalhadores do campo e da cidade, do setor público e do privado, bem como de formalizados e precarizados. Para isso, deverá intensificar, em conjunto com suas seções sindicais, sua participação em fóruns como o Conlutas, os estaduais de luta, os de defesa dos serviços públicos, aliados aos movimentos sociais, no combate às reformas do governo Lula: Sindical, Trabalhista e Universitária.

Adunesp aprovou desfiliação

A Adunesp submeteu a discussão sobre a CUT às suas assembleias de base, realizadas antes do 24º Congresso. A decisão da maioria foi por indicar ao Andes a desfiliação.

Desfiliação da CUT

Uma das principais deliberações do 24º Congresso foi pela desfiliação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Embora a quase totalidade dos delegados presentes concordasse com as críticas à atuação da direção da CUT – marcada

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp - Adunesp Seção Sindical

Diretoria: Milton Vieira do Prado Jr. (presidente), Sueli Guadelupe de Lima Mendonça (vice-presidente), Rubens Pereira dos Santos (secretário-geral), Maria Aparecida Segatto Muranaka (vice-secretária), Osvaldo Gradella Jr. (tesoureiro-geral), Marcelo Batista Hott (vice-tesoureiro).

Praça da Sé, 108, 3º andar, SP. Fone (11) 3242-7080. Home page: www.adunesp.org.br
E-mail: adunesp@adunesp.org.br Jorn. resp.: Bahiji Haje